

A OUTRA FACE DA GUERRA: A MILITARIZAÇÃO DAS MULHERES SOVIÉTICAS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Deborah Bem Borges¹
Giovanna Bem Borges²

RESUMO: Historicamente a guerra sempre foi estudada a partir de um suposto protagonismo masculino. Mesmo quando se buscava falar sobre a participação das mulheres em conflitos, elas eram geralmente deslocadas a um papel secundário, como trabalhadoras ou apenas vítimas. Nesse sentido, a União Soviética (URSS) foi inovadora ao romper com essa lógica durante a Segunda Guerra Mundial, mobilizando mais de um milhão de mulheres para todas as especialidades militares e até mesmo em posições combatentes, fato inédito até então. Dessa forma, este texto descreverá uma pesquisa bibliográfica com referencial teórico metodológico no materialismo histórico-dialético e ênfase no feminismo marxista, cujo objetivo foi entender como ocorreu a inserção das mulheres no Exército Vermelho e quais as suas principais consequências. A partir desse processo, conclui-se que apesar de revolucionária para a época, a militarização das mulheres soviéticas não conseguiu, de fato, redefinir os papéis de gênero já estabelecidos na URSS, ainda que o governo se proclamasse igualitário.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Exército Vermelho; Mulheres Soviéticas.

A THE OTHER FACE OF WAR: THE MILITARIZATION OF SOVIET WOMEN IN WORDL WAR II

Abstract: Historically, war has always been studied as a supposed male role. Even when trying to talk about the participation of women in conflicts, they were generally placed in a secondary role as workers or, even only as victims. In this sense, the Soviet Union was innovative in breaking with this logic in the World War II, mobilizing more than one million women for all military specialties and even in combat positions, an unprecedented fact until then. In this way, this text will describe bibliographic research with theoretical methodological

¹ Doutorado em andamento em Psicologia Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0763223430408693>. E-mail: dbemborges@hotmail.com.

² Mestrado em andamento em Ciências Sociais Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8120059260810231>. E-mail: bem.borges@unesp.br.

reference in historical dialectical materialism with an emphasis on Marxist feminism, whose objective then is to understand how occurred women's insertion into the Red Army, as well as its main consequences. From this process, it is concluded that although revolutionary for the time, the militarization of Soviet women failed in redefine the already established gender roles in the USSR, even though the government proclaimed itself egalitarian.

Keywords: World War II; Red Army; Soviet Women.

Introdução

Historicamente as mulheres foram, em geral, relegadas a um papel secundário no que concerne a sua participação na vida pública, especialmente em setores considerados masculinos, como o da segurança pública e internacional.

Dessa forma, fenômenos como guerras e disputas políticas são quase sempre contados a partir de um ponto de vista fundamentado em um suposto protagonismo masculino, já que esses espaços são historicamente ocupados por homens, de forma que às mulheres cabe o papel passivo de vítimas que devem ser protegidas ou ainda a completa invisibilidade. Como aponta Buzan e Hansen (2012, p. 320 apud SANTOS, 2015, p. 173), “os problemas de segurança femininos eram privatizados, marginalizados ou, inclusive, silenciados, além disso, suas mortes eram contadas de modo diferente das dos homens militares”.

Dessa forma, sempre que se menciona a questão das mulheres na guerra, na maior parte dos casos fala-se de um papel “subalterno” no qual elas atuam, a fim de fornecer apoio moral e logístico necessário aos soldados no *front* ou ocupar os cargos na indústria e em setores auxiliares deixados vagos pelos homens. Nesse sentido, muito se produziu acerca de

guerras como a Segunda Guerra Mundial, mas em geral a partir dessa mesma perspectiva.

Entretanto, há registros de mulheres envolvidas diretamente no esforço de guerra há séculos, como combatentes ou não, e esse número se tornou ainda mais significativo a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente entre os países aliados. Vale destacar que apesar da mobilização maciça dessas mulheres, especialmente na Grã-Bretanha, a União Soviética foi o único país, dentre todos os que tiveram políticas de recrutamento feminino, a permitir oficialmente o alistamento de mulheres para posições combatentes.

Estima-se que um milhão de mulheres serviu nas forças militares soviéticas nas mais variadas posições e, das 95 condecoradas com o título de Heroínas da União Soviética, 93 eram militares (SAKAIDA; HOOK, 2003). Pela primeira vez na história, as mulheres ocuparam todas as especialidades militares e mais de um terço delas recebeu diversas condecorações pela atuação na Grande Guerra Patriótica – como a Segunda Guerra Mundial é conhecida na Rússia (PENNINGTON, 1996).

Portanto, é importante estudar a participação das mulheres soviéticas, na Segunda Guerra Mundial tanto pelo ineditismo do período quanto por ser um tema pouco explorado, sobretudo no Brasil. Questão que se torna ainda mais importante, quando analisamos as funções políticas que a memória da Segunda Guerra Mundial exerce nos dias de hoje, principalmente na Rússia contemporânea. Para esse estudo, fizemos uma pesquisa bibliográfica com base teórica metodológica no materialismo histórico-dialético e ênfase no feminismo marxista, tomando como referência, sobretudo as obras de Federici (2017; 2019).

As mulheres na guerra: um panorama geral

O modelo de Estado-nação como conhecemos hoje, fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, foi fundado a

partir da guerra. Como Tilly (1992) aponta, foi a guerra e a preparação para ela que produziram os Estados nacionais na disputa de poder na Europa do século XVII. A luta internacional pelo poder criou a necessidade de um poder coercitivo cada vez maior e para isso era necessário tanto a centralização da instituição estatal quanto a organização dos tributos e a acumulação de riquezas para financiar a guerra.

Esse processo está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento e a ascensão do capitalismo, pois, como Engels (2015 apud MARTINS, 2018, p. 184) defende, “o desenvolvimento do poder coercitivo se vincula ao econômico, uma vez que a capacidade militar dos estados depende das condições gerais de produção, [...] da população e da técnica”.

Deduz-se, portanto, que não apenas o poderio militar de uma nação está vinculado às forças produtivas do país, mas também que a partir da consolidação do modo de produção capitalista, a guerra torna-se uma necessidade cada vez maior, conforme o capital exige, por definição, seu processo constante de expansão – realizado por meio da conquista e da dominação militar (MARX, 2017; MARTINS, 2018).

Por isso, Engels (2015, p. 88) afirma que “o exército é o fim principal do Estado, tornando-se um fim em si; a razão da existência dos povos é fornecer e alimentar soldados”. Portanto, era preciso mobilizar a população em torno de um ideal nacional estatal, produzindo jovens preparados física, psicológica e ideologicamente para a guerra e morrer pelo seu país (MONTE, 2010).

Entretanto, essa visão de cidadania foi direcionada quase exclusivamente aos homens. As mulheres estiveram incluídas no discurso nacional de forma diferente: elas eram “mães-metáforas da Nação” (MONTE, 2010, p. 64), já que que não eram consideradas cidadãs por si mesmas, mas vistas como as mães dos futuros cidadãos do país. Como aponta Saornil (2015) no jornal operário *Solidaridad Obrera*, publicado

originalmente em 1935, “a mulher não é o fim, mas o meio da natureza; o único fim e objetivo é o homem [...] seu único horizonte era, e ainda não deixou de ser, o prostíbulo ou o matrimônio” (SAORNIL, 2015, p. 38, 45).

A ênfase na maternidade revelava uma posição paradoxal em relação à cidadania feminina, principalmente em períodos mais conservadores, pois, como aponta Monte (2010), ainda que por muito tempo não fossem consideradas cidadãs propriamente ditas, era delas a responsabilidade pela transmissão da identidade nacional aos filhos.

Essa contradição não é o resultado de um processo acidental, mas da própria constituição da monogamia ocidental e da família burguesa que surge com o intuito de perpetuar a propriedade privada e criar uma sociabilidade adequada para a reprodução do sistema capitalista, sendo, portanto, decisivamente marcada pelo caráter de classe. Como Thompson (2002, p. 277) defende,

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.

Ao acentuar e naturalizar uma divisão sexual extremamente desigual do trabalho dentro da família, o capital não só ocultou a importância do trabalho doméstico na reprodução social e, conseqüentemente, na apropriação capitalista da mais valia produzida pelos proletários, como foi transformado em um suposto atributo e desejo natural das mulheres, isto é, que elas se sacrificam ao ambiente doméstico “por amor”. Como Federici (2019, p. 68) aponta,

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao

longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.

É por isso que Federici (2019, p. 72) defende que “a família, como a conhecemos no Ocidente, é uma criação do capital para o capital, como uma instituição que deveria garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho e o seu controle”. Ao identificar uma suposta vocação adequada à “natureza” feminina no trabalho doméstico e em serviços de cuidado, cria-se uma identificação binária de valores de gênero que perpetua noções limitantes sobre cada indivíduo e adquire um caráter exploratório para quem assume esse trabalho.

Nesse contexto, mesmo quando as mulheres são inseridas no mercado de trabalho formal, ocasionalmente elas acabam limitadas as profissões consideradas femininas que costumam incluir trabalhos relacionados ao cuidado e/ou extensões de tarefas domésticas, além de serem profissões precarizadas com pouco ou nenhum respaldo de leis trabalhistas (FEDERICI, 2019).

Dessa forma, cria-se uma imagem do homem enquanto protetor da família, forte, agressivo e racional, enquanto à mulher cabe o papel de mãe e esposa amorosa, fraca, passiva e emotiva (SANTOS, 2015). Assim, “parte-se de uma visão essencialista, que predispõe a figura da mulher em categorias como “mulher-vítima”, “mulher-pacifista” e “mulher-conciliadora” (REBELO, 2012, p. 79 apud SANTOS, 2015, p. 179).

Ao naturalizar essas distinções, cria-se uma estrutura de poder que privilegia e valoriza características ditas masculinas, enquanto nega e marginaliza traços entendidos como femininos, garantindo um acesso desigual e desprivilegiado ao poder e à autoridade (MONTE, 2010). Tomando a definição de Scott (2016, p. 32-33),

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de

interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Para tanto,

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 2016, p. 38).

Por isso, é preciso destacar que a categoria de gênero atravessa todo o campo das relações sociais e as mais variadas instituições contribuíram com a criação e manutenção de seu binarismo, destacando aqui o papel da ciência e da medicina, na virada do século XX, como fundamentais para a construção da concepção da maternidade e da feminilidade, tal como conhecemos hoje. Entretanto, para fins de análise serão retomadas apenas as questões que concernem à política e à segurança internacional. No âmbito do discurso nacional, excluídas de uma cidadania fundada na e pela guerra, justificava-se a exclusão das mulheres ao identificá-las com o arquétipo de “Belas Almas”.

A Bela Alma, em tempo de guerra, posiciona-se como aquela de luto, causa para a guerra, e mantenedora de todos os valores não-belicistas – e por isso foi organizada como um modo de ser e de vida que os homens simultaneamente valorizam e do qual procuram fugir, simultaneamente precisam e desprezam. O não-belicismo pode ter uma face generosa – do amor romântico, da devoção familiar, lúdico e contemplativo, da articulação estética de um meio de vida – ou pode ter uma face restritiva – das restrições moralistas sobre os prazeres simples, das cruzadas “higiênicas”, da obediência a regras, de um ponto de vista insulado, isolado em relação ao mundo. Em tempos de paz, e por meio da ação cívica, as mulheres podem tentar fazer o “mundo exterior” da *civitas* parecer mais com a imagem de um lar perfeito – ordeiro, saudável, limpo, confortável (ELSHTAIN, 1987, p. 152 apud MONTE, 2010, p. 65).

Nesse sentido, no discurso público da segurança internacional, a dicotomia entre o público e o privado produzida pelo desenvolvimento capitalista se traduziria na separação entre o doméstico e o internacional,

cujo primeiro representa o lar seguro e confortável e o segundo representa o Outro, ameaçador e selvagem (MONTE, 2010).

Essa separação só faz sentido a partir da divisão binária de gênero que associa as mulheres a esse ideal de passividade e credita o internacional, espaço de poder e autoridade, como lugar exclusivamente masculino. Assim, essa lógica, associada ao arquétipo do homem protetor, visa reproduzir uma relação de submissão histórica que pretende distanciar as mulheres da vida pública. Como Monte aponta,

Essa lógica é a soma de duas identidades mutualmente dependentes: o modelo negativo do macho dominante e o modelo de proteção “cavalheiresca”. Elas são mutualmente dependentes porque a proteção benéfica dos “homens bons” só faz sentido a partir da existência da imagem do agressor, que deseja invadir a propriedade alheia e conquistá-la, estando nessas narrativas incluídas, entre “propriedade” as mulheres. A masculinidade dominadora e agressiva, por outro lado, constitui a proteção masculina positiva, por outro. Essa imagem do protetor é o que faz do doméstico um local seguro (MONTE, 2010, p. 99).

No contexto militar, esse cenário foi ainda mais agravado, pois a identidade militar está ancorada nas concepções da masculinidade hegemônica de autoridade, poder e agressividade. Nesse sentido, há uma oposição entre o “ser mulher” e o “ser militar” (SILVA, 2008 apud SANTOS, 2015).

Esse “ser militar” não se limita ao aspecto físico da masculinidade militar (representado pelo treinamento, por exemplo), mas é também um fenômeno que molda os indivíduos simbolicamente e socialmente, criando uma hierarquia entre os cidadãos na medida em que define a nacionalidade do Estado moderno (MONTE, 2010). Isso significa que é estabelecida então “uma cidadania privilegiada [que] reflete padrões de inclusão/exclusão de certos grupos no serviço militar – a interdição de certas etnias, gays e mulheres do serviço é exclusão dessa cidadania exemplar” (MONTE, 2010, p. 60).

Essa exclusão foi um pré-requisito da própria noção de cidadania e nacionalidade, já que para consolidar uma identidade nacional coesa para

toda a população foi preciso subjugar e hierarquizar as outras identidades locais, apresentando-as como subordinadas e inferiores (MONTE, 2010).

Desde a Revolução Francesa, críticas feministas buscam refutar essas exclusões insistindo em seu direito de portar armas em pé de igualdade com seus companheiros masculinos na defesa de si mesmas, seus ideais e sua nação. Para elas, a militarização das mulheres não era uma questão de direitos civis, mas um passo necessário para se libertar do jugo ao qual a “[...] ignorância, o orgulho e a injustiça dos homens nos manteve cativas por tanto tempo” (ABRAY, 1975, p. 51 apud PIERSON, 1988, p. 208, tradução nossa)³, visando finalmente reequilibrar a desigual balança de poder entre os gêneros.

Isso porque como Pennington escreve,

[...] mulheres no combate interrompem a ordem social pela sua própria existência. Elas existem fora da estrutura social de compreensão, e quando a história é escrita após a guerra, as experiências delas são geralmente menosprezadas ou simplesmente esquecidas (PENNINGTON, 1996, p. 121, tradução nossa)⁴.

Nesse sentido, Monte (2010) aponta que, junto às Belas Almas, há mais duas identidades femininas na guerra: as “Poucas Ferozes” e as “Muitas Não-combatentes”. A imagem da mulher guerreira é considerada como uma identidade extrema, eclipsada quando comparada com as Muitas Não-combatentes, docilizadas “por causa do seu papel no processo reprodutivo; porque mulheres foram simbolicamente ligadas a imagens de socorro não-violento” (ELSHTAIN, 1987, p. 138 apud MONTE, 2010, p. 66).

Dessa maneira, independentemente da quantidade, acredita-se que essas mulheres “Ferozes” são “Poucas” exceções (MONTE, 2010). Entretanto, não significa que isso seja verdade. Como Monte destaca,

A presença das mulheres nas guerrilhas, nos movimentos nacionalistas e sua exploração sexual em situação de conflito – seja pela prostituição militarizada, seja pelo emprego do estupro como

³ “[...] men's ignorance, pride, and injustice have so long held us captive.”

⁴ “[...] women in combat disrupt the social order by their very existence. They are outside the social framework of understanding, and when history is written after the war, their experiences are usually explained away or simply forgotten.”

arma de guerra – são fenômenos que sempre estiveram presentes, mas eram interpretados como ausência por causa da forma como se estudava a guerra (MONTE, 2010, p. 96).

Por isso, não se trata de “inserir” as mulheres na guerra, mas de recuperar essa história invisibilizada pela narrativa “oficial” e contada por homens. Nesse sentido, é relevante apontar a importância do trabalho de Svetlana Aleksievitch, pois como a jornalista ucraniana escreve em “*A Guerra não tem Rosto de Mulher*”, publicado originalmente em 1985,

Já aconteceram milhares de guerras – pequenas e grandes, famosas e desconhecidas. E o que se escreveu sobre elas é ainda mais numeroso. Mas... foi escrito por homens e sobre homens, isso ficou claro na hora. Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12).

Com efeito, a Segunda Guerra Mundial ocupa um papel importante conforme “o mundo foi testemunha do fenômeno feminino” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 8). Pela primeira vez, desde a constituição dos exércitos modernos, as mulheres foram mobilizadas em massa para o esforço de guerra, não mais apenas aos postos auxiliares ou na retaguarda, mas também no *front*, como combatentes em todas as especialidades militares.

Dessa forma, ao ocupar esses espaços ditos masculinos, as mulheres soviéticas não só foram importantes no combate ao nazifascismo, como continuaram o esforço iniciado, após a Guerra Civil Russa, de redefinir o que significava ser mulher na sociedade soviética. A seguir, iremos analisar mais a fundo as especificidades da União Soviética que permitiram esse fenômeno, bem como seus impactos e consequências.

“A pátria-mãe chama!”⁵: a construção histórica da militarização feminina na União Soviética

⁵ O subtítulo faz referência a um cartaz popular na URSS criado por Irakli Toidze em 1941 para as campanhas de alistamento: nele há uma mulher camponesa com uma expressão severa com um lenço vermelho ao redor de sua cabeça representando a “Mãe Rússia” – símbolo equivalente ao “Tio Sam” dos Estados Unidos. Na sua mão esquerda ela estende uma ficha de alistamento e sua mão direita está levantada, aparentemente comandando uma fileira de baionetas em segundo plano.

Quase todos os países aliados incorporaram mulheres no esforço de guerra à medida que o combate se prolongava e mais homens eram mobilizados para o *front*; a maior parte delas ocupavam funções de enfermeiras, secretárias ou em serviços de produção e logística. No caso dos países do eixo, entretanto, ainda que houvesse a necessidade de força de trabalho, houve uma resistência muito maior para isso – tanto por parte dos governos quanto da população.

Claude Quétel, historiador francês, relata que Albert Speer, ministro do Armamento e da Produção de Guerra da Alemanha, ao escrever suas memórias na prisão, atribui essa recusa à mobilização das mulheres alemãs a um “temor de favorecer assim uma revolução como a que ocorreu em 1918 na Alemanha” (QUÉTEL, 2009, p. 78). Por isso, como aponta Mello (2012), era uma prioridade do Terceiro *Reich* manter suas mulheres em casa, onde deveriam cumprir seu suposto papel de mãe.

Entretanto, as necessidades da guerra exigiram a criação de organizações auxiliares femininas em todas as áreas da *Wehrmacht*, as forças armadas alemãs, ainda que as mulheres mantivessem o *status* de civis e realizassem serviços de transmissões e trabalhos de escritório no estado-maior, como secretárias, contadoras e intérpretes. Quétel indica que, conforme marechal Keitel,

As medidas necessárias para a realização da assistência devem ser adaptadas à condição feminina e não devem, em nenhum caso, conduzir a uma militarização particularmente inimaginável no domínio da *Wehrmacht*. A mulher-soldado não se enquadra em nossa concepção nacional-socialista da feminilidade (KEITEL, 1942 apud QUÉTEL, 2009, p. 146).

O caso da Itália é semelhante – devido ao forte conservadorismo e à pressão da Igreja, houve pouquíssimo incentivo oficial ao alistamento e voluntariado feminino. No Japão, por outro lado, ainda que a propaganda estatal tenha feito alguns esforços nesse sentido para incentivar o emprego

de mulheres nas indústrias de guerra, as campanhas foram um fracasso entre a população, que rechaçou essa nova visão de mulher (QUÉTEL, 2009).

Em contrapartida, dentre os países aliados, a Inglaterra foi pioneira no alistamento feminino. A partir do legado deixado pelas organizações de voluntárias civis, após o fim da Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a ser incluídas no programa britânico de esforço de guerra desde 1940 (MELLO, 2012; QUÉTEL, 2009). Logo, tanto os Estados Unidos quanto o Canadá seguiram o exemplo da Inglaterra e instituíram o alistamento feminino, embora não sem algumas controvérsias⁶.

Entretanto, apesar de seu caráter militar e da crescente qualificação pela qual as mulheres desses países passaram com o desenrolar da guerra, nenhuma delas tiveram a permissão para portar armas e atuar efetivamente em combate, com a exceção das mulheres soviéticas.

Como aponta Vajskop (2008), as mulheres russas já tinham uma tradição guerreira muito antes da revolução bolchevique. Desde 1700, há documentos indicando a participação de mulheres nos exércitos russos, nas Guerras Napoleônicas, na Guerra da Criméia (1854-1855), na Guerra Russo-Turca (1877-1878), na Guerra Russo Japonesa (1904-1905) e até mesmo na Primeira Guerra Mundial, na qual cerca de 400 mulheres serviram no exército russo (VAJSKOP, 2008).

No início da guerra civil, após a Revolução de Outubro, mais de quinze batalhões femininos foram formados, e mais de cinco mil voluntárias os ocuparam. Até o final do conflito em 1922, entre 50 mil e 70 mil mulheres estavam servindo no Exército Vermelho como voluntárias (VAJSKOP, 2008; SAHNO, 2017).

⁶ Quétel (2009, p. 152) relata que ao surgir a proposta de criação de organizações militares femininas, um senador democrata de Nova York proclamou: “um exército de mulheres para defender os Estados Unidos da América? Que humilhação! Que fim levou a virilidade americana, se é necessário confiar a nossas mulheres o que sempre tem sido o dever dos homens?”

Esse era um ponto importante para o partido bolchevique, porque, como Lenin [1920] (1980, p. 83) defendia, “a tarefa principal [do comunismo] é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, [...] [e] liberá-la da subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e dos quartos das crianças”. Portanto, as duas primeiras décadas da revolução foram marcadas por reformas profundas na sociedade, visando alcançar esses objetivos, assegurando às mulheres acesso privilegiado à educação, facilidade no divórcio, salários justos, proteção à maternidade, entre outros, a fim de anular juridicamente qualquer discriminação de gênero.

O compromisso proclamado pelo novo governo com a emancipação das mulheres e a igualdade de gênero, assim como a nova cidadania feminina, significou também a possibilidade de ambos os gêneros servirem em posição de igualdade ao exército. Isso representou um marco importante pois mostrava, de maneira inédita, a mobilização das mulheres para setores considerados historicamente masculinos: a política e a guerra (SAHNO, 2017).

A ideologia do Partido encorajava a participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras nos mais diversos cargos e, sobretudo, em posições de poder que tradicionalmente lhes foram negadas, pois, consoante Lenin, toda a população apresentava um papel igualmente importante no governo e tinham, portanto, de se dedicar a uma causa maior que si mesmos: a da edificação de uma nova sociedade (LENIN, 1980; VAJSKOP, 2008). Isso incluía também a militarização. Em “*As tarefas do proletariado em nossa Revolução*”, publicado originalmente em 1917, Lenin escreveu:

Só há um meio de impedir a restauração da polícia: criar uma milícia popular e fusioná-la com o exército (substituição do exército permanente pelo armamento de todo o povo). A essa milícia deverão pertencer, absolutamente, todos os cidadãos e cidadãs,

dos 15 aos 65 anos. [...] Sem incorporar a mulher na participação independente tanto na vida política em geral como no serviço social permanente que devem prestar todos os cidadãos, é inútil falar não só em socialismo, e nem sequer de uma democracia completa e estável (LENIN, 1980, p. 46, grifo nosso).

Dessa forma, a partir das campanhas de militarização de 1930 cujo intuito era preparar todos os cidadãos soviéticos para o combate, ergueu-se um verdadeiro culto a uma heroína militarizada que refletia a “nova mulher” promovida pelo governo: a “mulher-camarada”, baseada nas militantes do movimento comunista internacional do final do século XIX,

que desconstrói os valores tradicionais femininos e se dedica a preparação da Revolução Mundial e aproximação da chegada do futuro comunista, trabalhando igual ao homem, o que traz para ela o mesmo salário e os mesmos direitos que o homem tem (emancipação). A esfera de atividade dessa mulher é a sociedade inteira (que tradicionalmente é a esfera masculina). O nível de educação e a competência dessa mulher são os mesmos que os dos colegas homens. Por isso ela merece todo respeito por camaradas do trabalho e do grupo político (SAHNO, 2017, p. 25).

Entretanto, com as políticas pró-natalistas que acompanharam o primeiro Plano Quinquenal e o fortalecimento da família socialista, o novo ideal de mulher apresentado pelo Estado unia vários elementos contraditórios, como a concepção cristã da santidade materna – com a nova importância atribuída à “mulher-mãe” – e o arquétipo popular da camponesa forte que se sacrifica pela nação (GOLDMAN, 2014; MARKWICK, 2018).

Como Anna Krylova (2004 apud HARRIS, 2008) argumenta, com a construção da “nova mulher” soviética houve uma expansão dos papéis de gênero que incorporavam tanto elementos tradicionalmente femininos como masculinos, contradizendo, por vezes, um ao outro. Dessa forma, como aponta Markwick (2018), o novo fervor nacionalista instaurado por

Stalin combinava elementos patrióticos, maternais e quase religiosos na propaganda para a guerra, clamando aos seus cidadãos e cidadãs que “a pátria-mãe chama!”, e que era dever de todos contribuir para a derrota fascista.

Os precedentes históricos, assim como a tradição folclórica a respeito das mulheres guerreiras associadas à crença popular na força da camponesa russa, facilitaram a inserção das mulheres no combate (HARRIS, 2008). Dessa forma, quando ocorre a invasão da União Soviética (URSS) pela Alemanha nazista, em 1941, apesar de enfrentar algumas resistências por setores mais conservadores e inicialmente terem sido majoritariamente recusadas nos postos de alistamento, as mulheres, impelidas pelo novo nacionalismo soviético e pelos ideais igualitários da ideologia comunista, lançam-se à defesa de sua nação contra os fascistas na “Grande Guerra Patriótica” (MARKWICK, 2018).

É nesse contexto que, a partir do começo de 1942, institui-se uma política oficial de recrutamento geral de todas as mulheres soviéticas entre 16 anos e 45 anos, que não tivessem filhos nem trabalhasse em outro setor da indústria de guerra (MELLO, 2012). Além do trabalho fabril – que agora passava também a ser militarizado –, as mulheres foram recrutadas em massa para a defesa civil e para a formação de forças *partisans* nos territórios ocupados (ALEKSIÉVITCH, 2016; SCHEIDE, 2018).

Mesmo que não fosse um consenso, o Comitê Central defendia que, como a União Soviética havia proclamado a igualdade de gênero entre homens e mulheres, além de contribuir para a construção de uma nova sociedade, as mulheres deveriam lutar contra o inimigo em todas as frentes, para proteger tanto o socialismo como impedir a ameaça da invasão nazista no território soviético (SCHEIDE, 2018).

Após a mobilização massiva das mulheres, o Comitê de Defesa do Estado (GKO) instituiu, no segundo trimestre de 1942, um programa de Treinamento Militar Universal (*Vsevobuch*) que previa o treinamento

especializado para todos os jovens aptos ao combate, formando 220 mil mulheres até o final da guerra (MARKWICK, 2018). A maior parte delas serviu na artilharia, sobretudo na defesa antiaérea, na qual constituíam 80% do total de efetivos e cujo número de mulheres foi superado apenas pelo setor médico, considerado o lugar mais “aceitável” para a contribuição das mulheres na guerra em todos os países beligerantes (MARKWICK, 2018).

Além disso, devido à popularidade alcançada, na década de 1930, pelos aeroclubes, milhares de jovens pilotas procuraram os postos de alistamento para se oferecerem como combatentes aéreas, mas em um primeiro momento foram recusadas com a justificativa de que já havia muito mais pilotos do que aeronaves (VINOGRADOVA, 2015). Todas essas mulheres foram inspiradas por Marina Raskova, uma das primeiras navegadoras do país e famosa “heroína” soviética, que quebrou diversos recordes de distância, velocidade e duração em seus voos e personificava a “nova mulher” soviética (VINOGRADOVA, 2015).

O lema da navegadora era “nós podemos fazer qualquer coisa”. Ela era considerada o ídolo da nova geração de jovens, mostrando ao mundo não só a qualidade das aeronaves soviéticas, mas também a capacidade das mulheres de pilotá-las com excelência (VINOGRADOVA, 2015). Portanto, quando Raskova teve a ideia de montar um regimento aéreo de pilotas combatentes, jovens de todo o país viajaram na esperança de serem recrutadas por ela e colaborarem com a vitória soviética contra os fascistas. Pennington relata que em um acalorado discurso no final de 1941, Raskova clamou:

As mulheres soviéticas [...] estão prontas a qualquer momento para sentar-se em uma máquina de combate e mergulhar na batalha [...] Queridas irmãs! A hora chegou para [sua] difícil contribuição!

**“Querida, você acabou de derrubar um [bombardeiro] Heinkel!”:
principais contribuições para a guerra**

A partir das ligações pessoais que Raskova possuía com Stalin, ela garantiu a criação de três regimentos femininos que combateram nas forças aéreas soviéticas: o 586º Regimento de Combate, o 587º Regimento de Bombardeio Diurno, renomeado posteriormente como 125º Regimento de Bombardeio de Guardas M. M. Raskova Borisov, e o 588º Regimento de Bombardeio Noturno, também conhecido como 46º Regimento de Bombardeio Noturno de Guardas de Taman, chamado pelos alemães de *Nachthexem*, ou Bruxas da Noite.

O último é notavelmente o mais conhecido com 24 mil incursões e 3 mil toneladas de bombas lançadas, totalizando mais de mil noites de combate (MELLO, 2012). Dentre os três regimentos formados por Raskova, o 588º foi o mais condecorado e o único a permanecer completamente feminino até o final da guerra. Elas receberam o apelido de Bruxas da Noite por voarem até nas piores condições climáticas quase sempre sem paraquedas e por desligarem os motores de seus aviões ao se aproximarem de seus alvos para atacar despercebidas (BHUVASORAKUL, 2004).

Devido à inicial falta de aeronaves, elas voavam pelo *Polikarpov U-2*, posteriormente renomeado de *Po-2*, um biplano ultrapassado utilizado principalmente nas colheitas agrícolas e que tinha sido adaptado para carregar bombas debaixo de suas asas, funcionando como bombardeiro. Ele apenas voava à noite, pois sua estrutura de madeira e lona o deixava vulnerável à artilharia antiaérea, contra qual não tinha defesa nenhuma (PENNINGTON, 2014; VINOGRADOVA, 2015).

⁷ “The Soviet Women [...] are ready at any moment to sit down in a combat machine and plunge into battle [...] Dear Sisters! The hour has come for harsh retribution! Stand in the ranks of the warriors for freedom!”

Além disso, havia a necessidade de atacar com o motor desligado, já que era um avião lento e barulhento. Logo, as forças alemãs poderiam ouvi-lo se aproximar e, possivelmente acionariam a defesa, o que comprometeria a missão ao tirar o elemento surpresa do ataque, diminuindo as chances de sobrevivência das pilotas (PENNINGTON, 2014).

Além disso, a liderança inovadora da Major Bershanskaya garantiu que o 588º Regimento se tornasse um dos melhores e mais eficientes dentre os regimentos que voavam com o *Po-2* (BHUVASORAKUL, 2004). Como Bhuvakorakul (2004, p. 26, tradução nossa)⁸ escreve, “considerado uma relíquia dos anos [19]30, o *Po-2* tornou-se um símbolo do heroísmo de guerra das pilotas soviéticas”.

Já o 587º Regimento de Bombardeio Diurno, inicialmente liderado pessoalmente por Raskova e, posteriormente, pelo Major Valentin Markov foi o último a se tornar ativo em janeiro de 1943 e contou com 1134 missões e 980 mil toneladas de bombas lançadas (MELLO, 2012). O regimento recebeu as condecorações honorárias de Guarda, Borisov, Ordens de Suvorov e Kutuzov terceira classe, e após a morte de Raskova em um acidente de avião em 4 de janeiro de 1943, o regimento foi renomeado em homenagem à combatente (BHUVASORAKUL, 2004; VINOGRADOVA, 2015).

Mais uma vez utilizando seus contatos com o topo da hierarquia soviética, Raskova assegurou para suas pilotas o novo bombardeiro *Petlyakov Pe-2*, um avião difícil de ser pilotado, porém rápido e preciso, que podia alcançar uma velocidade de até 540 km/h (VINOGRADOVA, 2015). Entretanto, ao contrário do *Su-2*, com o qual as pilotas foram treinadas, o novo *Pe-2* exigia uma tripulação de 3 pessoas: o piloto, o navegador e o atirador traseiro. No entanto, devido à falta de tempo para recrutar mais mulheres, Raskova precisou chamar homens da reserva para atuarem como atiradores, mecânicos e operadores de rádio (BHUVASORAKUL, 2004).

⁸ “Considered a relic from the 30’s, the *Po-2* became the symbol of wartime heroism for Soviet Women pilots.”

A morte da comandante logo antes da primeira missão do regimento causou um profundo impacto nas pilotas. As notícias de que um regimento de mulheres voaria pelo Pe-2 já tinham sido recebidas com ceticismo e descrença e, agora, sem uma comandante, elas temiam que sua unidade fosse desmantelada e que ninguém as aceitasse em outros regimentos (BHUVASORAKUL, 2004; VINOGRADOVA, 2015).

Em fevereiro de 1943, o Major Markov assumiu o comando da unidade, o que aumentou ainda mais o descontentamento das pilotas. Elas queriam ser comandadas por outra mulher, mas não conseguiram encontrar nenhuma substituição adequada para Raskova – uma questão que pode ser explicada se levarmos em conta apesar de ser teoricamente possível para mulheres servirem militarmente, havia uma resistência muito maior para promovê-las a cargos de liderança, de modo que em geral elas permaneciam oficiais de baixa patente, com raras exceções. O sentimento era mútuo. Bhuvakorakul relata que Markov, insatisfeito e apreensivo por ser designado a um regimento feminino, escreveu: “Eu conhecia o avião e sabia como era difícil de pilotar até mesmo para os pilotos homens. Eu não podia imaginar como mulheres conseguiriam [pilotá-lo]” (BHUVASORAKUL, 2004, p. 46, tradução nossa)⁹.

Entretanto, após alguns meses, as mulheres passaram a respeitá-lo e admirá-lo, creditando sua sobrevivência à capacidade dele de liderança. O sucesso do regimento foi tamanho que além de cinco mulheres serem condecoradas com o título de Heroína da União Soviética, após a guerra, Markov diz que comandar o regimento feminino foi mais fácil, porque as mulheres tinham um forte senso de unidade coletiva (BHUVASORAKUL, 2004).

Enquanto isso, o 586º Regimento de Combate foi o menos condecorado e reconhecido dos três. Ele foi o primeiro a entrar em serviço em abril de 1942 e contou com cerca de 9 mil voos, 4419 missões de

⁹ “I knew the aircraft and knew how difficult it was even for male pilots to fly. I couldn't imagine how women could manage it.”

combate e 38 aviões inimigos destruídos em 125 batalhas aéreas (MELLO, 2012). Elas voavam inicialmente o Yakovlev Yak-1 que foi posteriormente substituído pelos Yak-7b e Yak-9 e seu propósito era principalmente defensivo, escalado para proteger e defender pontos estratégicos como refinarias de petróleo, portos, fábricas etc., além de escoltar bombardeiros e aviões de transporte. (BHUVASORAKUL, 2004).

A história do regimento é cercada de conflitos e controvérsias. Primeiramente, comandado pela Major Tamara Kazarinova, condecorada com a Ordem de Lenin, ela rapidamente causou desagrado e revolta em suas pilotas. Apesar de exigente com as garotas, dizendo que “porque somos mulheres, nós nunca podemos permitir que nos tornemos negligentes. Caso contrário, seria muito difícil para nós recuperarmos [nossa] boa reputação” (BHUVASORAKUL, 2004, p. 16, tradução nossa)¹⁰, como relata Bhuvasorakul, a comandante, por conta de um suposto ferimento na perna, nunca se deu o trabalho de aprender a pilotar os Yaks e era tida como covarde pelas pilotas (VINOGRADOVA, 2015).

Além disso, elas culpavam Kazarinova pelo prolongamento do seu treinamento e pela sua primeira missão, a de defender Saratov contra os bombardeios alemães, considerada humilhante devido a sua pouca importância e distância do *front* (VINOGRADOVA, 2015). Kazarinova reagiu à oposição com autoritarismo e o descontentamento crescia cada vez mais, chegando várias vezes à beira do motim. Devido ao acirramento da Batalha de Stalingrado, a solução encontrada foi a transferência do primeiro esquadrão do regimento, que representava a oposição mais ferrenha, ao *front* de Stalingrado (BHUVASORAKUL, 2004).

Metade delas nunca retornaram ao 586º Regimento depois da realocação e duas delas alcançaram o *status* de ases, tendo derrubado

¹⁰ “Because we are women, we must never allow ourselves to become negligent. Otherwise, it would be very difficult for us to regain good reputation.”

mais de 5 aviões inimigos: Katya Budanova e Lilya Litvyak, com 11 e 12 aviões abatidos, respectivamente (VINOGRADOVA, 2015).

Enquanto isso, no dia 24 de setembro de 1942, o 586º Regimento teve sua primeira vitória: a piloto Lera Khomyakova derrubou um Ju-88 na região próxima de Saratov, tornando-se a primeira mulher a derrubar um bombardeiro alemão em uma batalha noturna (VINOGRADOVA, 2015).

A notícia foi recebida com deleite pelas outras integrantes da unidade. Como Vinogradova mostra, Khomyakova (2004 apud VINOGRADOVA, 2015, p. 176, tradução nossa)¹¹ escreveu em seu diário, “eu pousei e minha mecânica Polunina correu até mim e me beijou. Ela disse “querida, você acabou de derrubar um [bombardeiro] Heinkel!””. Por conta disso, a piloto foi condecorada com a Ordem do Estandarte Vermelho em Moscou, mas alguns dias depois, morreu em um acidente de avião durante uma patrulha de rotina (VINOGRADOVA, 2015).

As pilotas, que já não gostavam da comandante Kazarinova, culpavam-na pela morte de Khomyakova, justificando que a Major teria sido negligente em escalar a piloto que tinha acabado de voltar exaurida de Moscou. Após seis meses, ela foi substituída pelo Major Gridnev e um novo esquadrão de pilotos masculinos foi adicionado ao 586º Regimento, colocando fim ao único regimento aéreo de combate exclusivamente feminino da história mundial até então (BHUVASORAKUL, 2004; VINOGRADOVA, 2015).

Apesar disso, as integrantes dos três regimentos comprovaram que a combatente média possuía um rendimento igual ou até superior aos seus companheiros homens, muitas vezes em situações mais adversas do que as enfrentadas pelos regimentos masculinos. Nas batalhas mais importantes para a URSS, como no caso da Batalha de Leningrado, de Stalingrado e de Kursk, considerada uma das batalhas mais difíceis da história, elas

¹¹ “I landed and my mechanic Polunina ran up and kissed me”. She said, “you darling, you've just shot down a Heinkel!”

desempenharam um papel fundamental para deter o avanço das tropas nazistas (VAJSKOP, 2008).

Da mesma forma, as *snipers* (atiradoras de elite) foram essenciais para a guerra, conforme foram ganhando prestígio por serem mais pacientes, mais precisas e mais resistentes que seus colegas homens (VAJSKOP, 2008). Entretanto, por sua proximidade mais direta com o campo de batalha, elas nem sempre eram bem aceitas nos *fronts*. Os esquadrões enviados para regimentos mistos tinham uma recepção conflituosa e há indícios de que alguns comandantes, receosos de colocar as “garotas” em perigo as escalavam sobretudo como enfermeiras – ainda que grande parte delas não tivesse treinamento adequado (VINOGRADOVA, 2017). É curioso notar que independentemente de suas qualificações individuais, a crença geral era que as combatentes estavam lá para prestar apoio aos soldados “de verdade”.

Dentre algumas das mais conhecidas, estão Lyudmila Pavlichenko, creditada com a morte de 309 alemães (embora hoje em dia haja controvérsias quanto à veracidade desse número), Roza Shanina, com um score estimado de pouco mais de 100 alemães, Masha Polivanova e Natasha Kovshova, com 140 e 167, respectivamente (MELLO, 2012; VINOGRADOVA, 2017).

Mas apesar de seu destaque como pilotos e *snipers*, a participação das mulheres foi além disso. Como Svetlana Aleksiévitich (2016, p. 8) escreve,

Elas dominavam todas as especialidades militares, inclusive as mais “masculinas”. Surgiu até um problema linguístico: as palavras “tanquista”, “soldado de infantaria”, “atirador de fuzil”, até aquela época, não tinham gênero feminino, porque mulheres nunca tinham feito esse trabalho. O feminino dessas palavras nasceu lá, na Guerra.

Além da participação no exército formal, as mulheres ocuparam um papel primordial nas forças *partisans* formadas em territórios ocupados, como guerrilheiras, espiãs, sabotadoras, mensageiras, entre outros. Dentre os

efetivos dessas forças rebeldes, Clements (2012) aponta que cerca de 5% a 10% era composto por mulheres que operavam atrás das linhas inimigas, principalmente em Belarus e na Ucrânia.

Além disso, a participação das mulheres nas forças *partisans* era especialmente encorajada pela propaganda soviética¹², devido ao fato de que elas podiam passar mais facilmente pelas autoridades alemãs carregando mensagens, informações e suprimentos. Algumas delas, como Zoya Kosmodemyanskaya e Lisa Chaykina, ambas condecoradas com o título de Heroínas da União Soviética, tornaram-se verdadeiras mártires, transformando-se em um símbolo da coragem e o patriotismo soviético incentivados pela propaganda (SCHEIDE, 2018).

Zoya Kosmodemyanskaya ganhou particular destaque após ter sua história publicada pelo repórter Pyotr Lidov, e se tornou um ícone soviético, modelo de dedicação à pátria-mãe para as jovens ao redor de todo o país. Após ter sido capturada e torturada pelos alemães, Vinogradova conta que a jovem de 18 anos teria exclamado durante sua execução: "Camaradas, a vitória será nossa! [...] Não importa quantos de nós vocês [alemães] enforcem, vocês não podem enforcar todos nós. Tem 170 milhões de nós. Por mim, meus camaradas irão se vingar" (VINOGRADOVA, 2017, p. 95, tradução nossa)¹³.

Mas além das adversidades que essas mulheres enfrentavam em decorrência da guerra propriamente dita, elas também enfrentavam a intransigência de seus camaradas no *front*, os quais viam a participação das mulheres na guerra com ceticismo e desconforto, apesar do que a

¹² Outro cartaz notável do período é o produzido por Tatyana Yeroyomina em 1942 que representa uma jovem com expressão furiosa vestindo uma saia vermelha e um lenço branco ao redor da cabeça prestes a nocautear um nazista com a parte de trás de um rifle. O soldado alemão é representado com um traço simples, brusco, de forma desfigurada, com o uniforme esfarrapado e uma expressão de sofrimento com o *slogan*: ""Partisans, vinguem-se sem misericórdia!""

¹³ "Comrades, victory will be ours. [...] No matter how many of us you hang, you can't hang us all. There are 170 million of us. For me, my comrades will take revenge".

propaganda dizia sobre o dever de todos lutarem pela nação (HARRIS, 2008).

Em razão disso, além da violência sexual a qual estavam vulneráveis, principalmente nos regimentos mistos, existiam ainda outras questões práticas as quais deviam se adaptar. Até o final da guerra, o Exército Vermelho não produzia uniformes femininos, logo as mulheres precisavam improvisar suas próprias roupas íntimas e lidar com uniformes maiores que suas medidas, representando um problema grave, sobretudo no caso das botas, já que marchavam, em campanha, quilômetros a fio com calçados inadequados causando ferimentos nos pés, sobretudo durante o inverno (VINOGRADOVA, 2015; VINOGRADOVA, 2017; ALEKSIÉVITCH, 2016).

Entretanto, apesar das dificuldades, elas não foram desencorajadas do que consideravam seu dever. Muitas delas, como Yulia Drunina, veterana de guerra, escritora e poeta, viam no serviço militar um elemento equalizador capaz de igualar as diferenças de gênero. Nesse sentido, a guerra produziu uma margem maior de liberdade para as mulheres conforme as libertavam até certo ponto dos trabalhos considerados femininos (HARRIS, 2008).

“Não falem dos serviços que vocês prestaram”: a desmobilização e o apagamento das experiências militares femininas

Apesar do sucesso e da eficácia dos regimentos e batalhões femininos, esses agrupamentos foram os primeiros a passarem por desmontes no começo de 1945, quando se tornou certo de que a guerra seria vencida. De forma emblemática, no desfile militar celebrado, no dia 24 de junho, em homenagem à Vitória soviética, do qual cerca de 40 mil soldados participaram – todos homens –, o discurso oficial proclamado pelo marechal Zhukov, o oficial mais condecorado da União Soviética, elogiou todas as trabalhadoras e camponesas pela sua dedicação que permitiu que a URSS derrotasse as forças nazifascistas, entretanto, nenhuma militar teve seu nome

mencionada. As mulheres estavam presentes apenas na qualidade de espectadoras (SCHEIDE, 2018).

Como aponta Pennington (1996), após 1945, mais do que uma mera reversão aos papéis de gênero tradicionais, ocorreu um verdadeiro cerceamento contra mulheres que buscassem carreiras não identificadas tradicionalmente como femininas¹⁴. Se até então elas não eram explicitamente encorajadas a atuar em algumas áreas – como em academias militares, por exemplo –, depois da guerra elas foram abertamente proibidas.

Quando a Major Bershanskaya, comandante do regimento de bombardeio noturno, enviou duas pilotas condecoradas com a medalha de Heroínas da União Soviética para a academia de aviação militar Zhukovsky em Moscou, em março de 1945, Pennington conta que o comandante general educadamente as recusou, informando às jovens que:

Vocês são verdadeiras heroínas de nossa pátria-mãe. Vocês já provaram do que as mulheres soviéticas são capazes quando sua ajuda é essencial. Mas as condições de estudo em uma academia militar cobram um preço alto no corpo feminino. Vocês perderam muita força e saúde durante a guerra. Nós devemos protegê-las. Inscrevam-se para estudar em uma universidade civil ao invés disso. (SUMAROKOVA, 1988 apud PENNINGTON, 1996, p. 142, tradução nossa)¹⁵

De maneira semelhante, muitas mulheres foram dispensadas do serviço militar por uma suposta preocupação com sua saúde, ou mais especificamente, com sua capacidade de gerar filhos. Acreditava-se que o difícil trabalho que elas realizaram durante a guerra poderia afetar sua fertilidade (PENNINGTON, 1996).

¹⁴ O trabalho industrial, assim como trabalhos técnicos no geral, eram uma exceção, já que a industrialização soviética necessitava de toda a força de trabalho disponível.

¹⁵ *"You are real heroes of our Motherland. You have already proved what Soviet women are capable of when their help is essential. But the conditions of study in a military academy take a heavy toll on the female body. You lost a lot of strength and health in the war. We must protect you. Enroll to study in a civilian university instead."*

Nesse mesmo tom, Reid escreve que o *Pravda*, principal jornal da União Soviética, publicou, em março de 1945, que as mulheres haviam “provado a si mesmas muito energeticamente como pilotas, *snipers*, artilheiras de submetralhadoras. Mas elas não esquecem seu dever *primordial* para com a nação e o Estado – o da *maternidade*” (REID, 2017, p. 10, tradução nossa, grifos do autor)¹⁶. O recado era evidente: as mulheres haviam se dedicado à defesa da pátria, mas agora deviam voltar suas atenções a um papel que supostamente satisfaria melhor sua “natureza feminina”, o da construção da família (HARRIS, 2008).

Nesse contexto, Pennington (1996) aponta que a falta de ações estatais sistematizadas e consistentes parece denotar que nunca foi intenção do governo stalinista criar uma tradição hegemônica de uma nova mulher desarticulada de ideais maternos e familiares. O consenso, até mesmo dentre algumas das combatentes, era de que o alistamento feminino tinha sido um caso excepcional e agora que a guerra havia terminado, não havia mais razão para as mulheres se ocuparem dessas coisas (PENNINGTON, 1996; SCHEIDE, 2018).

O motivo para isso é explorado por Enloe (1980), quando a autora indica que tal qual a indústria capitalista, as forças armadas necessitam de um exército de reserva, da qual mulheres e outros grupos marginalizados fazem parte por excelência, recrutado apenas em situações emergenciais quando por qualquer motivo a força de trabalho militar comumente empregada está indisponível ou numericamente comprometida. Como a autora mostra, “os funcionários estatais veem a mobilização de tais grupos como excepcional, arriscada e esperançosamente temporária” (ENLOE, 1980, p. 45, tradução nossa)¹⁷.

¹⁶ “*Very energetically proved themselves as pilots, snipers, submachine gunners. But they don't forget about their primary duty to nation and state – that of motherhood*”

¹⁷ “*State officials see the mobilization of such groups as exceptional, risky and hopefully temporary.*”

Ainda em 1943, o regime soviético tinha aprovado uma nova medida que voltava a segregar a educação primária em meninos e meninas, cujos meninos receberiam treinamento militar e as meninas aprenderiam habilidades domésticas, demonstrando um esforço por parte do governo e da propaganda de promover um retorno a papéis de gênero mais conservadores, reforçados com a lei da família de 1944 que fortalecia o casamento e incentivava as mulheres a retornarem às suas obrigações familiares, oferecendo incentivos financeiros para as mães com crianças pequenas (PENNINGTON, 1996; DECOSTE, 2019).

Em um discurso realizado por Stalin, em novembro de 1944, ele enfatizou repetidamente o importante papel que as mulheres soviéticas desempenharam no esforço de guerra trabalhando na indústria e nos serviços públicos na retaguarda, porém as mulheres lutando nos *fronts* não foram sequer mencionadas. Como mostra Pennington, em suas palavras,

Os frutos de trabalho sem precedentes das mulheres soviéticas [...] ficará para sempre na história; pois foram elas que suportaram o peso do trabalho nas fábricas, nos moinhos, e nas fazendas coletivas e estatais [...] elas mostraram que são dignas de seus pais e filhos, maridos e irmãos que estão defendendo sua pátria contra os demônios fascistas alemães (STALIN, 1945 apud PENNINGTON, 1996, p. 143, tradução nossa)¹⁸.

A ênfase no valor das mulheres soviéticas enquanto filhas, mães e esposas parecem apontar o novo caminho que o regime esperava que as mulheres seguissem nos próximos anos. Pouco tempo depois do Desfile da Vitória, no dia 26 de julho, em um discurso no Comitê Central da Liga da Juventude Comunista (o *Komsomol*) às jovens recentemente desmobilizadas, Scheide (2018) indica que o presidente Mikhail Kalinin foi o primeiro a reconhecer o papel das mulheres soviéticas como combatentes,

¹⁸ "The matchless labor exploits of the Soviet women [...] will go down forever in history; for it is they that have borne the brunt of the work in the factories and mills and on the collective and state farms [...] They have shown themselves worthy of their fathers and sons, husbands and brothers, who are defending their homeland against the German fascist fiends".

ênfatizando a importante contribuição das mulheres para a guerra e atribuindo à sua participação um processo emancipatório tornado possível pela base igualitária da constituição soviética.

Mas como a autora cita, ele conclui, em um tom condescendente, aconselhando as jovens: “não se deem ares [de importância] nos seus futuros trabalhos práticos. Não falem dos serviços que vocês prestaram, deixem outros fazerem isso por vocês. Assim será melhor” (KALININ, 1950 apud SCHEIDE, 2018, p. 234, tradução nossa)¹⁹.

Apesar de ainda aparecer nos discursos oficiais uma certa alusão à igualdade de gêneros, como Scheide (2018) indica, a exclusão deliberada e o tom paternalista indicam que na prática a situação era diferente. Os homens, ao retornarem da guerra, eram tidos como heróis nacionais responsáveis pela grande vitória contra o fascismo alemão, recebendo grandes homenagens e honrarias, enquanto as mulheres, quando não completamente silenciadas, eram vistas com desdém, como “prostitutas do front” cuja única motivação para o alistamento seria supostamente distrair os homens da batalha e roubar os maridos das outras mulheres (ALEKSIÉVITCH, 2016).

Por isso, Aleksievitch menciona que a guerra dessas mulheres não terminou com a vitória, pois ao retornar elas precisaram enfrentar outra guerra, que lhes negava sua experiência e as hostilizavam abertamente. Nas palavras da autora,

Existia entre elas um acordo não dito: daqui para a frente é proibido. Baixa-se a cortina. Eu entendia do que elas se defendiam: das ofensas e calúnias do pós-guerra [...] Depois da guerra, tiveram ainda uma outra guerra, não menos terrível do que aquela da qual voltavam (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 279).

É interessante observar que, apesar de não ser uma exclusividade da União Soviética – as mulheres da *Women’s Army Corps* dos Estados Unidos,

¹⁹ “don’t give yourself airs in your future practical work. Don’t speak of the services you rendered, let others do it for you. That will be better.”

por exemplo, eram similarmente insultadas (REID, 2017) – a presunção de uma suposta “degradação moral” que inevitavelmente ocorreria com a inserção de mulheres em ambientes considerados masculinos é similar a reação inicial obtida com o emprego feminino nas fábricas, no século XIX, que em tese mancharia moralmente as mulheres e destruiria as famílias ao extinguir seu suposto instinto materno (FEDERICI, 2017).

Essa questão está profundamente interligada com a associação do trabalho feminino às atividades de cuidado apontadas por Federici (2017; 2019). A autora argumenta que, por muito tempo, mesmo na tradição socialista, houve um discurso moralista em torno do trabalho das mulheres na produção social que as culpavam implícita ou explicitamente por uma suposta degeneração moral da família.

No contexto específico da União Soviética, em 1945, esse cenário era ainda mais acentuado, pois a guerra, tendo rompido as fronteiras entre o público e o privado, rompeu também os laços matrimoniais tradicionais (KRÚPSKAIA, 2017). A ênfase na maternidade como o maior dever da mulher soviética para com o Estado, portanto, era resultado de uma preocupação política com um suposto retorno à “normalidade”, mas também com o repovoamento do país em si, já que se estima que a URSS teve 26 milhões de baixas na guerra (EGOROV, 2020)²⁰.

Como forma de incentivar a natalidade, o governo soviético passou a oferecer apoio financeiro e aumentou os benefícios sociais para mulheres grávidas, mães solteiras ou mães com muitos filhos. A legislação soviética ainda passou a premiar com a Medalha da Maternidade cidadãos que

²⁰ A quantia exata ainda é alvo de discussões. Como Egorov (2020) relata, inicialmente esse número era muito mais baixo, com a estimativa oficial divulgada em 1946 de uma perda de cerca de 7 milhões de cidadãos soviéticos. Ao longo dos próximos anos, a quantia foi gradativamente aumentando até chegar na cifra de 26,6 milhões, dos quais cerca de 12 milhões seriam baixas militares. Entretanto, a estatística inclui apenas o período de conflito entre a URSS e a Alemanha e não a duração completa da Segunda Guerra, e alguns historiadores consideram a cifra de perdas civis exagerada, pois inclui todos os mortos por desnutrição, doença, sobrecarga etc. o que tornaria difícil distinguir entre as mortes naturais e as mortes causadas pela guerra.

tinham entre 5 e 6 filhos, e mulheres com 10 filhos ou mais passaram a receber o título honorífico de “Mãe Heroína” (SENNÁ, 2017).

Cynthia Enloe (1980) nota que esse é um comportamento comumente observado em épocas de crise – no caso, em questão, para a reconstrução do país: a glorificação da família, encorajada e materialmente recompensada, tem a intenção de preservar e domesticar as mulheres que são as produtoras dos soldados e da força de trabalho do país.

Como essa questão é primordial para o Estado e para o futuro da nação, a autora diz que “essa função reprodutiva não pode ser deixada ao acaso; é básica demais para a segurança estatal. Assim, os Estados ocupam-se de mobilizar as mulheres como mães em nome do dever, patriotismo e defesa [da nação]” (ENLOE, 1980, p. 47, tradução nossa)²¹.

Nesse sentido, o prolongamento da guerra e o alistamento das mulheres para posições de combate representam um risco conforme fomentam um conflito ideológico entre os papéis de gênero esperados pelo sistema político e os papéis que estão efetivamente sendo ocupados (ENLOE, 1980).

Além disso, uma preocupação sempre presente é que o emprego de mulheres e de outras minorias políticas na indústria bélica ou no exército propriamente dito pode levar a uma politização que colocaria em xeque as bases de todo o sistema – Monte (2010), por exemplo, assinala que mesmo em posições tradicionalmente femininas como enfermeiras, telefonistas etc. a guerra pode representar um avanço para as mulheres conforme proporciona uma autonomia e novas oportunidades que elas não teriam de outra forma.

Portanto, embora alguns autores como Markwick e Cardona (2012 apud DECOSTE, 2019) considerem que a participação das mulheres

²¹ “This reproductive function cannot be left to chance; it is too basic to state security. Thus, states undertake to mobilize women as mothers in the name of duty, patriotism, and defense.”

soviéticas no combate foi em grande parte uma mera extensão de seu papel já idealizado como guardiãs da família e da pátria, é preciso considerar que para muitas delas que serviram no *front* o período da guerra as proporcionou a chance de exercer uma profissão tradicionalmente masculina e desenvolver suas habilidades sem se preocupar com a gestação e o cuidado de crianças, ainda que temporariamente (DECOSTE, 2019).

Após a guerra, entretanto, os Estados buscam uma volta à “normalidade” cujas mulheres devem se lembrar de seus “verdadeiros” papéis dentro da casa e da família.

Harris (2008) indica que um episódio emblemático nesse sentido é uma edição da *Rabotnitsa*, jornal das mulheres, do começo dos anos 1950 que mostrava a Major Bershanskaya, agora em trajes civis, como uma “amorosa mãe de três filhos”. Ainda que a antiga comandante continuasse trabalhando com aviação, o que é destacado é seu papel como mãe, que seria sua maior fonte de autossatisfação e a realização de um suposto sonho de felicidade e família que as mulheres nutriam durante a guerra (HARRIS, 2008).

Em sua análise da literatura soviética na década de 1950, Harris (2008) observa que nos livros de guerra escritos após a Vitória, só há dois tipos de personagens femininas, as “guerreiras”, isto é, as mártires que se destacam não pelos seus feitos em si, mas pelo sacrifício excepcional realizados pelo seu povo, geralmente às custas da própria vida; e as donzelas, que surgiram como uma resposta masculina às *polisnitsy*, o arquétipo das combatentes que pegam em armas para defender sua nação, construído pelas campanhas de militarização em 1930.

As donzelas são caracterizadas como personagens subservientes, dóceis e sexualmente atraentes que geralmente atuam em alguma posição não-violenta como operadoras de rádio ou enfermeiras. Elas são “refeminilizadas” como cuidadoras por excelência e é continuamente

destacado como elas sempre precisam da ajuda de um homem para realizar até as tarefas mais simples, enfatizando o quanto a sua “natureza feminina” era incompatível com a guerra (HARRIS, 2008).

Dessa forma, é possível notar um esforço sistematizado não só da propaganda oficial do governo, mas da própria sociedade civil em desarmar, metaforicamente ou não, as mulheres, após a guerra (HARRIS, 2008).

Combinando características da antiga mulher russa pré-revolucionária, maternal, doméstica e submissa, com elementos da nova mulher preconizada por Kollontai (2000), consolidou-se assim uma “nova-antiga” mulher soviética, que “tinha os elementos materiais para ser a Nova Mulher de Kollontai, dado que trabalhava fora de casa, mas não o podia ser” (SENNÁ, 2017, p. 277).

Dessa forma, apesar de apresentar condições inovadoras para a época, a crítica que se faz às políticas de gênero da União Soviética demonstram que apesar dos esforços para alcançar a emancipação feminina, ela nunca foi uma questão central e, por isso, nunca foi plenamente solucionada. Mais do que isso, a declaração de Stalin ainda no começo dos anos 1930 de que a “questão histórica da mulher foi resolvida” (SENNÁ, 2017, p. 262) prejudicou qualquer avanço nesse sentido, representando a facilidade com que o governo sacrificava a causa feminina, quando conveniente para o desenvolvimento do país, ainda que continuasse se proclamando igualitário, como aconteceu no pós-guerra.

Considerações finais

Mediante o percurso histórico exposto ao longo desse texto, pôde-se notar que a inserção das mulheres no Exército Vermelho, durante a Segunda Guerra Mundial, foi um processo complexo, coberto de ambiguidades, contradições e conflitos. Foi o resultado turbulento de séculos de tradição, políticas estatais e o legado de dezenas de revolucionárias bolcheviques

que tentaram pensar a emancipação das mulheres a partir da superação da sociedade capitalista.

Entretanto, ainda que a possibilidade de se alistar em relativa igualdade aos homens tenha oferecido mais autonomia para as mulheres soviéticas na medida em que viabilizou um maior escopo de ação principalmente para as que serviram, ela não conseguiu impactar significativamente os papéis de gênero já estabelecidos na URSS.

Apesar das proclamações ousadas dos líderes soviéticos que reivindicavam ter resolvido “a questão feminina” ainda nos anos 1930 e alcançado a emancipação de todas as suas cidadãs, o que se pôde observar na prática era algo bastante diferente – embora houvesse de fato elementos inovadores no governo soviético, a situação estava longe do que a propaganda pregava, e a guerra (principalmente, o pós-guerra) ilustrou bem isso.

O que ocorreu efetivamente é que as cidadãs soviéticas podiam sim ocupar novos papéis historicamente considerados masculinos, como trabalhadoras, combatentes, cientistas etc., desde que não rompessem com os antigos lugares de mães e esposas – e após 1945, até mesmo isso se tornou mais difícil. Ademais, o fortalecimento da família aliado ao seu papel fundamental na reconstrução do país significou uma exploração redobrada do trabalho feminino, instaurando assim uma dupla jornada de trabalho que dificultava a ascensão das mulheres a trabalhos mais qualificados e/ou cargos de poder e liderança.

Não obstante, após o final da guerra, as ex-combatentes, consideradas durante o conflito como “heroínas da nação”, foram desacreditadas e menosprezadas, passando por tentativas diretas ou indiretas de silenciamento, a fim de deslegitimar o discurso feminino a partir do qual elas narravam suas vivências no *front*. Foi só a partir do começo dos anos 1960, após a morte de Stalin, que elas buscaram narrar suas

experiências na guerra, por meio de suas próprias autobiografias e memórias de guerra, subvertendo uma tradição literária da qual eram excluídas.

A importância desse tipo de narrativa, portanto, é que sem elas o discurso "oficial" da história permanece inquestionável, legitimando o juízo masculino como uma perspectiva neutra e "correta" dos fatos e, conseqüentemente, apagando outras concepções que "inadequadas" a essa narrativa. Assim, interpreta-se esse silêncio pela ausência reforçadora do mito de que esses sujeitos marginalizados não participaram da história tal qual sujeitos políticos efetivos, como por muito tempo foi o caso das mulheres com a guerra.

BIBLIOGRAFIA

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BHUVASORAKUL, Jessica Leigh. *Unit Cohesion Among the Three Soviet Women's Air Regiments During World War II*. 2004. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Rússia e do Leste Europeu). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Estadual da Flórida, Tallahassee, 2004.
- CLEMENTS, Barbara Evans. *A History of Women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington: Indiana University Press, 2012.
- DECOSTE, Katherine. "“Warrior, Avenger!”: Frontivichki in the Great Patriotic War, 1941-1945. *Constellations*, v. 10, n. 2, [S. l.], mai. 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/constellations/index.php/constellations/article/view/29389>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- EGOROV, Oleg. Quantos soviéticos morreram na Segunda Guerra Mundial?. *Russia Beyond*, 09 mai. 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/83834-quantos-sovieticos-morreram-segunda-guerra>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENLOE, Cynthia. Women – the Reserve Army of Army Labor. *Review of Radical Political Economics*, v. 12, n. 2, [S. l.], jul. 1980, p. 42-52. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/048661348001200206>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- FEDERICI, Silvia. Notas Sobre Gênero em O Capital de Marx. *Revista Movimento*, [S. l.], set. 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marxfeminismo-marxista/>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- HARRIS, Adrienne Marie. *The Myth of the Woman Warrior and World War II in Soviet Culture*. 2008. 326 f. Tese (Doutorado em Línguas e Literaturas Eslavas). Faculdade de Artes e Ciências Liberais, Universidade do Kansas, Lawrence, 2008.
- KOLLONTAI, Aleksandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- KRÚPSKAIA, Nadiéjda. Guerra e Maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LENIN, Vladimir. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MARKWICK, Roger. "The Motherland Calls": Soviet Women in the Great Patriotic War, 1941–1945. In: ILIC, Melanie (org.). *The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Guerra e Violência na Teoria Marxista. In: FIORI, José Luís. (org.) *Sobre a Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- MARX, Karl. *O Capital: livro 3, o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELLO, Ana Cláudia. As Mulheres na Segunda Guerra Mundial: uma breve análise sobre as combatentes soviéticas. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 3, n. 9, Rio de Janeiro, dez. 2019, p. 70-90. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-09-ano-iii-dezembro-de-2012/>. Acesso em: 08 out. 2021.
- MONTE, Izadora Xavier do. *Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança*. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- PENNINGTON, Reina. "Do not speak of the services you rendered": Women veterans of aviation in the Soviet Union. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 9, n. 1, Philadelphia, mar. 1996, p. 120-151. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518049608430229?journalCode=fslv20>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- PENNINGTON, Reina. Not Just Night Witches. *AIR FORCE*, v. 97, n. 10, Arlington, out. 2014, p. 58-62. Disponível em: <https://www.airforcemag.com/PDF/MagazineArchive/Magazine%20Documents/2014/October%202014/1014Witches.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.
- PIERSON, Ruth Roach. "Did your mother wear army boots?": feminist theory and women's relation to war, peace and revolution. In: MACDONALD, Sharon; HOLDEN, Pat; ARDENER, Shirley. (org.) *Images of Women in Peace and War: Cross-cultural and Historical Perspectives*. Londres: Women in Society, 1988.
- QUÉTEL, Claude. *As Mulheres na Guerra: 1939-1945*. Volume 1 e 2. São Paulo: Larousse, 2009.
- REID, Anna. Introduction. In: VINOGRADOVA, Lyuba. *Avenging Angels: soviet women snipers on the eastern front (1941-1945)*. Londres: MacLehose, 2017.
- SAHNO, Elena. *A Tentativa de Construir a Igualdade de Gêneros na Rússia Soviética 1917-1937*. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SAKAIDA, Henry; HOOK, Christa. *Heroines of the Soviet Union 1941-45*. Oxford: Osprey, 2003.

- SANTOS, Claudia. Leitura de Gênero Sobre os Estudos de Segurança Internacional. *Conjuntura Global*, v. 4, n. 2, Curitiba, mai./ago., 2015, p. 171-184. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/43171>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- SAORNIL, Lucia Sanchez. *A Questão Feminina em Nossos Meios*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.
- SENNÁ, Thaiz Carvalho. A Questão Feminina na Rússia e Suas Respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Marx e o Marxismo*, v. 4, n. 7, [S.l.], fev. 2017, p. 258-280. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/180>. Acesso em: 07 mar. 2022
- SCHEIDE, Carmen. "Unstintingly Master Warfare": Women in the Red Army. In: ILIC, Melanie (org.). *The Palgrave Handbook of Women and Gender in Twentieth Century Russia and the Soviet Union*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Cadernos de História UFPE*, Recife, v. 11, n. 11, 2016, p. 9-39.
- THOMPSON, Edward. Algumas observações sobre classe e ""falsa consciência"". In: NEGRO, Antonio; SILVA, Segio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 269-281.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States, AD 990-1992*. Oxford: Blackwell, 1992.
- VAJSKOP, Samantha. *Elena's War: russian women in combat*. 2008. 31 f. Monografia (Graduação em História). Ashbrook, Universidade de Ashland, Ashland, 2008. Disponível em: <http://www.ashbrook.org/publicat/thesis/vajskop/vajskop.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- VINOGRADOVA, Lyuba. *Avenging Angels: soviet women snipers on the eastern front (1941-1945)*. Londres: MacLehose, 2017.
- VINOGRADOVA, Lyuba. *Defending the Motherland: the soviet women who fought Hitler's aces*. Londres: MacLehose, 2015.